

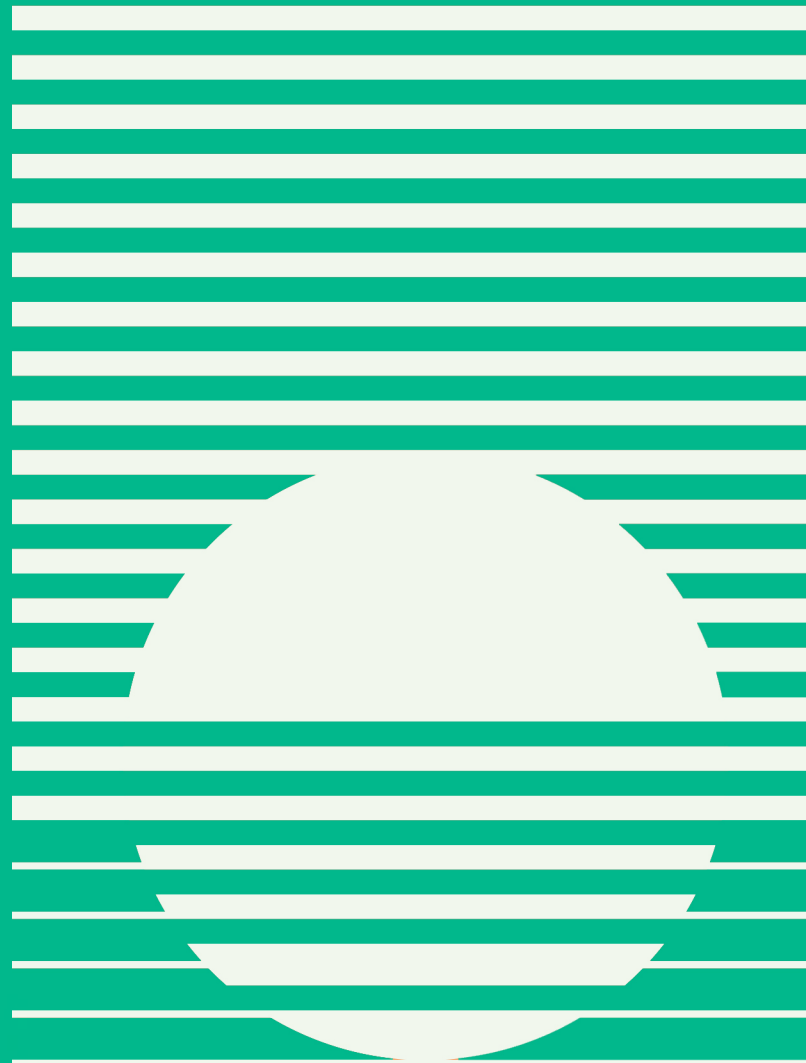
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

11
2019



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editor Executivo: Ghaio Nicodemos Barbosa

Editor Adjunto: Gabriel Fragoso

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

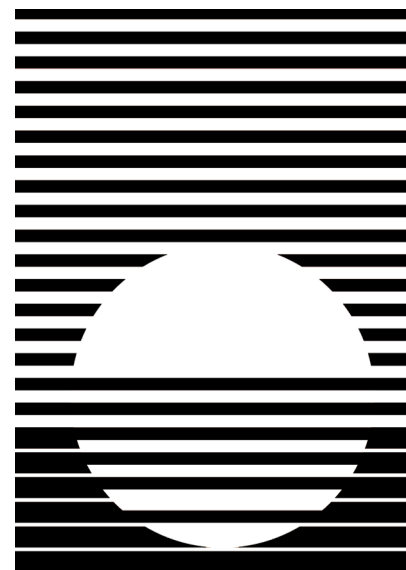
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 05

Ex-Presidente Lula é solto após decisão do Supremo Tribunal Federal
Sob a gestão de Ernesto Araújo, Itamaraty enfrenta novos problemas
Brasil muda posição sobre Cuba na ONU e Bolsonaro é denunciado ao TPI

Página 06

Senado aprova acordo com os EUA para o uso comercial do Centro Espacial de Alcântara
Com protagonismo de governos estaduais, o tema das mudanças climáticas é discutido em conferência nacional no Brasil
Associação de diplomatas argentinos vai de encontro às declarações do governo e chama de golpe o ocorrido na Bolívia

Página 07

Luis Lacalle Pou é eleito presidente do Uruguai
Morales renúncia e governo provisório se autoproclama em cenário de violência e instabilidade na Bolívia

Página 08

Diplomacia mexicana no caso boliviano
Crise política boliviana sob olhar feminista e combate à violência sexista marcam o mês de novembro

Página 09

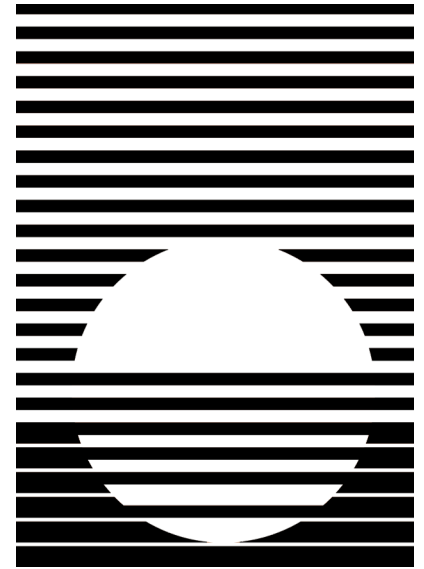
Em greve nacional na Colômbia, manifestantes se mobilizam contra o Governo de Iván Duque
Colômbia fecha fronteiras para garantir “segurança” em protestos
Embaixada da Venezuela em Brasília é invadida por apoiadores de Guaidó

Página 10

Congresso do Chile aprova a realização de reforma constitucional após manifestações populares
Em meio à crise política e social, chanceler chileno tenta reverter imagem negativa do país no exterior

Página 11

Protestos no Haiti são invisibilizados, mas completam dois meses consecutivos
Cúpula dos BRICS acontece em Brasília em meio a instabilidades sul-americanas e crises do governo brasileiro na agenda de meio ambiente



Página 12

Sem grandes avanços, Declaração de Brasília reitera cooperação entre os BRICS

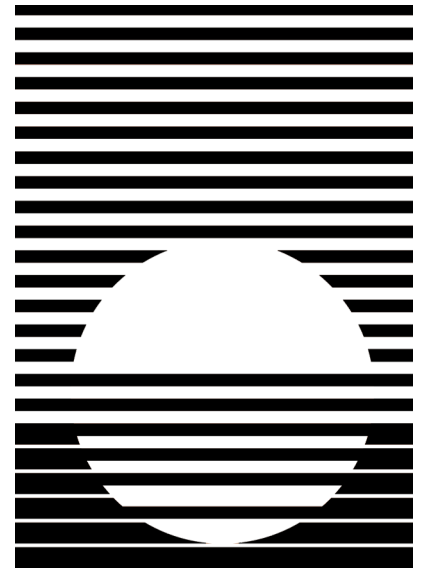
Jornalista crítico ao governo de Narendra Modi tem sua cidadania indiana revogada

Página 13

Medidas do governo turco causam desconforto nas relações com a UE

VIII Conferência Regional ILGALAC foi organizada na Colômbia

Onda de Xenofobia na África do Sul gera protestos de Migrantes Forçados em frente ao ACNUR



Ex-Presidente Lula é solto após decisão do Supremo Tribunal Federal

No dia 7 de novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) mudou o entendimento acerca da prisão em segunda instância. De acordo com o texto da Constituição Brasileira e do Código Penal, a prisão de investigados só pode ocorrer após o trânsito em julgado da sentença, momento no qual não cabe mais recurso. Entretanto, em 2016, o STF aprovou uma nova interpretação, na qual a prisão poderia ser decretada após a condenação em segunda instância. Nesses termos, o ex-presidente Lula foi preso, após a justiça do Paraná considerar que houve recebimento de verba ilícita no caso do triplex do Guarujá. No início do mês, o STF reavaliou o entendimento e retornou para a regra vigente antes de 2016. No dia seguinte, 8 de novembro, o juiz federal Danilo Pereira Jr, da 12ª Vara Federal de Curitiba, acatou o pedido da defesa e determinou a soltura do ex-presidente, após 580 dias de prisão. A decisão repercutiu interna e internacionalmente. No Brasil, políticos se dividiram entre apoiar e criticar a decisão, a exemplo do deputado Eduardo Bolsonaro, que considerou que a medida do STF “soltaria bandidos”. Internacionalmente, o tema ganhou as manchetes dos principais jornais, como o Times e o The Guardian. O pré-candidato à presidência dos Estados Unidos, Bernie Sanders, comemorou a liberação de Lula, e ressaltou o papel do ex-presidente no combate à pobreza no Brasil. Na região, os jornais argentinos El Clarín e La Nación noticiaram o fato e o apoio de Alberto Fernández, presidente eleito do país. Na Venezuela, enquanto Maduro comemorou a decisão, o presidente auto-proclamado, Juan Guaidó, afirmou que Lula é criminoso e deveria voltar à prisão.

Fontes: [Época](#), 08/11/2019; [El Nacional](#), 08/11/2019; [Uol](#), 08/11/2019; [Veja](#); 08/11/2019; [El Nacional](#), 24/11/2019.

Sob a gestão de Ernesto Araújo, Itamaraty enfrenta novos problemas

Em comunicado emitido no dia 26 de novembro, o Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) anunciou que, em virtude de um erro cometido na aplicação da segunda fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), realizada em outubro, uma nova avaliação da prova será feita por meio de outra banca examinadora. Segundo o IADES, as folhas de respostas das provas do exame tinham o número de inscrição dos candidatos, algo proibido pelo edital de convocação. Em tese, esse número permitiria à banca examinadora saber o nome do candidato cuja prova estava sendo corrigida, afetando, assim, a imparcialidade e isonomia do concurso. O descumprimento de um dos itens do edital foi alvo

de denúncia apresentada ao Ministério Público do Paraná. Esta é a primeira vez que o IADES aplica o CACD. No período entre 1993 e 2018, o concurso foi organizado pelo Cebraspe, antigo Cespe, vinculado à Universidade de Brasília (UnB). Em 2019, sob o comando de Araújo, o Itamaraty decidiu contratar o IADES, com dispensa de licitação, alegando que o Instituto havia comprovado capacidade técnica para a organização do CACD, bem como apresentar a proposta mais vantajosa, tanto em termos de técnica quanto de preço. Fundado em 2009, o IADES não possui tradição na realização de certames públicos para o primeiro escalão do governo federal e já foi alvo de investigação após suspeitas de fraude no concurso da Polícia Militar do Distrito Federal, em 2017. Outro evento no mês de novembro, que arranhou a reputação do Itamaraty, foi a exclusão do jornal Folha de São Paulo do clipping de notícias que circula entre os diplomatas brasileiros. A decisão é fruto do confronto aberto travado pelo presidente Jair Bolsonaro com setores da mídia nacional críticos de seu governo.

Fontes: [G1](#), 27/06/2019; [Folha de São Paulo](#), 04/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 26/11/2019; [G1](#), 26/11/2019; [IADES](#), 26/11/2019.

Brasil muda posição sobre Cuba na ONU e Bolsonaro é denunciado ao TPI

Após a Revolução Cubana, em 1959, os EUA impuseram um embargo econômico à ilha caribenha. Desde 1992, a sanção ao país é tema de resolução anual na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em que quase a totalidade dos Estados-membros solicitam que os estadunidenses retirem o embargo. Na maior parte destas ocasiões, apenas EUA e Israel votavam a favor da manutenção, mas em 2019 o Brasil se somou à permanência da sanção. A postura brasileira contrariou o comportamento histórico do país, em defesa da reintegração completa de Cuba às relações internacionais, e chamou a atenção de diplomatas e da imprensa. De acordo com o chanceler Ernesto Araújo, Cuba é “o principal esteio de Maduro na Venezuela”. A decisão acompanha um esfriamento nas relações bilaterais e reforça o alinhamento com os EUA, após as críticas do governo brasileiro ao comunismo e ao Programa Mais Médicos. Além dos três países dissonantes, Ucrânia e Colômbia se abstiveram do endosso ao documento que, apesar de ter peso político, não é capaz de revogar o embargo, sujeito à decisão do Congresso dos Estados Unidos. O Brasil também foi peça central dos debates em outra instituição multilateral, o Tribunal Penal Internacional (TPI). A Comissão Arns e o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos solicitaram ao tribunal que in-

vestigue as ações de Jair Bolsonaro de “incitação ao genocídio e ataques sistemáticos contra populações indígenas”. O pedido não seria um processo, mas sim uma advertência, para alertar o órgão sobre a conduta do presidente. De acordo com especialistas, apesar de denunciar e aumentar a repercussão sobre os atos do governo brasileiro, é improvável que o caso vá adiante, pois são necessárias provas irrefutáveis e um dano de grande vulto, uma vez que o TPI julga crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão.

Fontes: [G1](#), 07/11/2019; [ONU News](#), 07/11/2019; [Reuters](#), 07/11/2019; [BBC](#), 28/11/2019; [Veja](#), 28/11/2019.

Senado aprova acordo com os EUA para o uso comercial do Centro Espacial de Alcântara

No dia 12 de novembro, o Senado Federal brasileiro aprovou, em votação simbólica, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) Brasil-EUA que permite o uso comercial do Centro de Lançamento Aeroespacial (CLA) de Alcântara, localizado no estado do Maranhão, para o lançamento de satélites, mísseis e foguetes estadunidenses. O acordo prevê ainda um plano de controle e proteção da tecnologia aeroespacial dos EUA, sendo vedada, portanto, a transferência de know how entre os países. Sem necessitar de sanção presidencial, o texto foi promulgado na forma de decreto legislativo no dia 20 de novembro. Durante a votação no plenário, apenas o senador Rogério Carvalho (SE), vice-líder do Partido dos Trabalhadores (PT), de oposição ao governo, posicionou-se contra a aprovação do AST e recomendou o voto contrário aos colegas de bancada. Segundo ele, o acordo pode reduzir a capacidade do Brasil de desenvolver tecnologia na área espacial e de se tornar um grande lançador de foguetes. Em contraste, senadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de centro-direita, e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), de centro esquerda e também de oposição ao governo, defenderam o projeto de cooperação, alegando que o mesmo poderá viabilizar a implantação da política espacial brasileira, induzir atividades econômicas em subsídio aos serviços de lançamento, gerar a formação de mão-de-obra especializada, alavancar o setor de serviços e incrementar a arrecadação de impostos. Cumpre lembrar que o AST foi assinado em março deste ano, durante a visita do presidente Jair Bolsonaro a Washington. No Congresso Nacional, a tramitação do acordo se deu em regime de urgência, sendo aprovado na Câmara dos Deputados em outubro. Segundo os meios de comunicação, já se encontra em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara para a viabilização comercial do CLA.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 12/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 12/11/2019; [O Globo](#), 12/11/2019; [Senado Notícias](#), 12/11/2019.

Com protagonismo de governos estaduais, o tema das mudanças climáticas é discutido em conferência nacional no Brasil

Entre os dias 6 e 8 de novembro, a Conferência Brasileira de Mudança do Clima foi realizada em Recife, Pernambuco, por iniciativa de organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros. A idealização da conferência, segundo realizadores, surgiu após o presidente Jair Bolsonaro, ainda recém-eleito em 2018, anunciar que o Brasil não sediaria a Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (UNFCCC), a COP 25. Os desafios da política climática, as reiteradas crises ambientais nacionais e seus impactos para as negociações multilaterais no âmbito da COP e das metas junto ao Acordo de Paris foram eixos centrais da Conferência. O evento levantou ainda pautas como juventude e engajamento climático, bem como a agenda socioeconômica e sustentável para o desenvolvimento do país. Quanto ao último tema, governadores dos estados da região Nordeste tiveram participação ativa, inclusive com a assinatura conjunta da Declaração do Recife, documento que determina diretrizes de desenvolvimento sustentável para o poder público, para as empresas e para a sociedade, de acordo com as metas estabelecidas para o cumprimento do Acordo de Paris. O ato simbolizou um movimento de compromisso para reduzir emissões em toda a região, mas, sobretudo, fortaleceu o posicionamento de oposição dos governadores às políticas ambiental e climática do governo Bolsonaro. Essa movimentação autônoma de construção de uma agenda política em torno de ambos os temas se consolidou na Conferência, quando os governadores assinaram a Declaração do Recife em nome do Consórcio Nordeste. Entre os dias 18 e 22 de novembro, representantes dos nove estados estiveram na França, Itália e Alemanha, para discutir projetos e negócios nos setores de comércio e indústria. Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, a sinalização alemã foi bastante promissora, e os diálogos devem se estreitar em 2020. Já na França, o governador da Bahia, Rui Costa, participou de reunião com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e assinou um acordo de cooperação sobre cidades sustentáveis.

Fontes: [Diário de Pernambuco](#), 05/11/2019; [G1](#), 06/11/2019; [UOL](#), 08/11/2019; [Valor Econômico](#), 13/11/2019; [Jornal GGN](#), 20/11/2019; [O Povo](#), 24/11/2019.

Associação de diplomatas argentinos vai de encontro às declarações do governo e chama de golpe o ocorrido na Bolívia

No dia 11 de novembro, o governo argentino comunicou, por meio de uma entrevista coletiva dada pelo seu ministro de Relações Exteriores, Jorge

Faurie, que não havia elementos para classificar o que acontecia na Bolívia como um golpe de Estado. Ainda segundo o ministro, o papel das Forças Armadas na Bolívia seria fundamental, por serem as responsáveis por garantir a continuidade da vida institucional no país. Para o presidente da Argentina, Maurício Macri, a situação na Bolívia apenas poderia ser classificada como golpe se as Forças Armadas ou alguém assumisse o poder sem respeitar os mecanismos constitucionais. Minutos depois da declaração de Faurie, a Associação Profissional do Serviço Exterior da Nação (Apsen), grupo formado por cerca de 90% dos diplomatas de carreira argentinos, emitiu uma nota na sua conta oficial no Twitter chamando a crise boliviana que forçou a renúncia de Evo Morales de golpe de Estado e o condenando, indo diretamente contra a declaração oficial do governo da Argentina.

Fonte: [Jovem Pan](#), 11/11/2019; [Valor Econômico](#), 11/11/2019; [Twitter Oficial da Apsen](#), 11/11/2019; [Metrópoles](#), 11/11/2019; [Clarín](#), 11/11/2019; [Infobae](#), 12/11/2019.

Luis Lacalle Pou é eleito presidente do Uruguai

Em 24 de novembro de 2019, ocorreu o segundo turno das eleições presidenciais, disputado entre o candidato do Partido Nacional, Luis Lacalle Pou, e o candidato Daniel Martínez, do partido governista, a Frente Ampla. Com a quase totalidade de votos apurados, Lacalle Pou obteve 48,7% dos votos válidos contra 47,5% de Martínez. Entretanto, os resultados finais só foram oficializados pela Corte Eleitoral do Uruguai seis dias após a realização das eleições, no dia 30 de novembro. Lacalle Pou venceu o pleito com um total de 48,8% dos votos, enquanto Martínez teve 47,3%. O atraso na divulgação da contagem final ocorreu devido à pequena margem de diferença que separava os candidatos, em torno de 30 mil votos, e à necessidade de apurar os chamados votos observados, que correspondem aos eleitores que votaram fora de sua zona eleitoral e àqueles que tiveram problemas de identificação no momento de votar. Como os votos observados totalizavam aproximadamente 35 mil, havia ainda a possibilidade de Martínez sair vencedor, mas ele precisaria conquistar 91% desse montante. Contudo, no dia 28 de novembro, após a contagem parcial desses votos, confirmou-se a vitória de Lacalle Pou, que assume a presidência em março de 2020, encerrando um período de 15 anos da Frente Ampla no comando da Presidência do Uruguai. No dia seguinte, Martínez encontrou-se com Lacalle Pou para felicitá-lo pessoalmente e assegurou, na reunião, que ambos concordaram em seguir dialogando. O presidente eleito já começou a formar o seu gabinete ministerial, que contará com integrantes de todos os partidos que formaram a coalizão partidária

encabeçada pelo Partido Nacional no segundo turno. Ele ainda declarou que realizará uma auditoria em todos os órgãos públicos do Uruguai para informar à população sobre a situação das contas do governo.

Fontes: [El Observador](#), 25/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 25/11/2019; [El País](#), 26/11/2019; [El País](#), 28/11/2019; [El País](#), 28/11/2019; [UOL Internacional](#), 29/11/2019; [El Observador](#), 29/11/2019; [El Observador](#), 29/11/2019; [El Observador](#), 29/11/2019; [El País](#), 30/11/2019.

Morales renúncia e governo provisório se autoproclama em cenário de violência e instabilidade na Bolívia

No dia 10 de novembro, a Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou o resultado parcial da auditoria que realizou sobre as eleições bolivianas, realizadas em 20 de outubro. De acordo com o relatório, a OEA detectou irregularidades “muito graves” no processo eleitoral, apuração, contagem e transmissão de dados ao Tribunal Supremo Eleitoral. O cenário político boliviano, - já polarizado desde a pausa na apuração, algumas horas antes do cômputo total de votos no dia do pleito, - ficou ainda mais instável. As ruas foram tomadas tanto por protestos de oposição ao governo de Evo Morales, então presidente, quanto em defesa deste. Dentre os manifestantes, a Central Obrera Boliviana (COB), maior central sindical do país, pediu para que Morales refletisse sobre a possibilidade de renúncia. Neste processo, ganharam destaque os Comitês Cívicos de departamentos como La Paz, Potosí, mas principalmente de Santa Cruz, cujo principal dirigente é Luiz Fernando Camacho, que ganhou notoriedade no final de outubro, ao atravessar o país com uma carta exigindo a renúncia imediata de Evo - momento em que ficaria claro seu projeto político à direita, bem como sua identificação religiosa de cristão fervoroso. Ainda no dia 10, Evo anunciou a possibilidade de novas eleições, e horas depois, o comandante geral das Forças Armadas, Williams Kaliman, e o comandante da polícia, Yuri Calderón, de forma separada, sugeriram a renúncia de Morales pela “pacificação” da Bolívia. Às 17h, Evo Morales, Álvaro García Linera, então vice-presidente, e Gabriela Montañó, então ministra da saúde, renunciaram aos seus cargos. O vazio de poder criado pela renúncia de Evo, Linera e Montañó, além de diversos outros ministros e do presidente da Câmara e da presidenta do Senado, foi concomitante tanto aos grandes atos em defesa do governo de Morales, sobretudo em cidades como El Alto, La Paz e em alguns espaços do departamento de Cochabamba, quanto às violentas repressões por parte das Forças Armadas contra estes manifestantes. Nos dias seguintes, a renúncia de Evo que, de acordo com

a norma constitucional, deveria ser aprovada pelo corpo legislativo, ainda não havia sido submetida aos trâmites formais, legais. Frente à renúncia da maior parte das lideranças institucionais do MAS, partido de Morales, Jeanine Añez, então segunda vice-presidenta do Senado, se autoproclamou presidenta interina da Bolívia em sessão legislativa sem quórum suficiente diante da ausência de deputados do MAS. Desde então, Añez já foi reconhecida como chefe de Estado interina por alguns países, pelas Forças Armadas bolivianas e aprovou lei que prevê eleições gerais para a Bolívia para 2020, e reconhecida pelo MAS no dia 25.

Fontes: [La Razón](#), 10/11/2019; [La Razón](#), 10/11/2019; [El Deber](#), 11/11/2019; [El Deber](#), 11/11/2019; [La Razón](#), 12/11/2019; [El Deber](#), 25/11/2019.

Diplomacia mexicana no caso boliviano

No dia 10 de novembro, Evo Morales anunciou sua renúncia à presidência boliviana, após intensas movimentações de rua e a declaração das Forças Armadas pedindo sua saída imediata. Esse cenário propiciou um engajamento internacional mais ativo de López Obrador, apesar do discreto comportamento do chefe de estado mexicano em matéria de diplomacia presidencial. Diferentemente da cautela adotada por outros líderes políticos latino-americanos, López Obrador concedeu asilo político e humanitário a Evo Morales e teve que lidar com questões diplomáticas para seu recolhimento ainda em território boliviano. Por exemplo, a viagem com destino ao México inicialmente faria escala no Peru, mas o avião foi impedido de pousar quando Evo Morales já estava a bordo. A resolução para que fosse possível o prosseguimento da viagem dependeu da articulação entre atores equatorianos, argentinos e brasileiros. Nesse contexto, muitos questionam a razão pela qual o México aceitou receber Morales, visto que os dois países não são grandes parceiros comerciais ou aliados estratégicos. Quando questionado a esse respeito, AMLO lembrou a tradição mexicana em conceder asilo político, consagrada na própria Constituição. Além disso, o presidente mexicano declarou que entende que houve um golpe de Estado na Bolívia. Em vésperas de assumir a presidência temporária da Comunidade dos Estados Americanos e do Caribe (CELAC), o governo mexicano criticou o posicionamento da OEA (Organização dos Estados Americanos) em relação à crise boliviana. AMLO aproveitou o ensejo para enfatizar a necessidade de respeitar-se o resultado das urnas, e aproveitou para reforçar que em 2022 fará o referendo para que os mexicanos decidam se ele deve encerrar o mandato em 2024 ou pedir renúncia.

Fontes: [Semana](#), 11/12/2019; [DW](#), 13/11/2019; [El Nacional](#), 13/11/2019; [El País](#), 13/11/2019; [Informador](#), 19/11/2019.

Crise política boliviana sob olhar feminista e combate à violência sexista marcam o mês de novembro

No dia 19 de novembro, a antropóloga argentina Rita Segato se manifestou sobre a crise política na Bolívia que levou à renúncia e exílio do então presidente Evo Morales. Entre as duras críticas feitas ao líder boliviano, Segato o acusou de ser machista. Na sequência estimulou as mulheres a identificar os machismos nas falas e atitudes dos governantes e a não os tolerar e/ou perdoá-los. Na visão da antropóloga, uma agressão política às mulheres revela e reforça um comportamento político autoritário e patriarcal. As falas de Segato provocaram um intenso debate sobre feminismos, além de uma resposta de algumas mulheres indígenas que a acusaram de defender um feminismo liberal e branco que não representa suas experiências e resistências. As indígenas ainda reforçaram seu posicionamento a favor de Morales enfatizando que a instabilidade política no país andino não se tratou de uma resistência cidadã e/ou feminista, mas de um projeto geopolítico estadunidense para recuperar sua hegemonia na região. O Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, ficou marcado por diversas manifestações de mulheres em países como Itália, França, Bélgica, Espanha, Grécia, México, Colômbia, Chile e Turquia que denunciaram a violência sexista existente e exigiram políticas públicas aos governantes. No Chile, em Valparaíso, o coletivo LasTesis organizou um protesto performático, com o objetivo de denunciar os abusos sexuais cometidos por policiais. Com vendas nos olhos, em alusão às mulheres que perderam a visão nas recentes manifestações, as ativistas cantaram a frase “Y la culpa no era mía, ni donde estaba ni cómo vestía” que viralizou nas redes sociais. Na capital mexicana um protesto reuniu cerca de 2 mil mulheres que reproduziram a performance chilena “Un violador en tu camino”. Em 27 de novembro, a justiça da Argentina absolveu três acusados pelo estupro e assassinato de Lucía Pérez ocorrido em outubro de 2016. Os juízes do caso alegaram falta de “elementos suficientes” para a condenação de abuso sexual e feminicídio mantendo apenas a condenação por “porte de drogas”. O defensor público Guido Lorenzino reforçou que este tipo de conduta naturaliza a violência contra as mulheres e impede que medidas sejam tomadas para o combate ao feminicídio; a família da jovem disse que irá recorrer da decisão. O coletivo “Ni Una Menos” se pronunciou repudiando a absolvição dos acusados pela morte da jovem argentina.

Fontes: [Agência Paco Urondo](#), 20/11/2019; [Instituto Humanitas Unisinos](#), 22/11/2019; [Brasil De Fato](#), 27/11/2019; [Telemundo](#), 29/11/2019.

Em greve nacional na Colômbia, manifestantes se mobilizam contra o Governo de Iván Duque

No dia 21 de novembro, milhares de colombianos manifestaram insatisfação com o governo em distintos pontos das grandes cidades como Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla. O chamado Paro Nacional (greve nacional) estava sendo organizado desde outubro pelo Comando Nacional Unitário, formado por distintas organizações sindicais, sociais e estudantis. Antes da greve, o presidente Iván Duque convocou empresários e trabalhadores, representados por algumas destas organizações, para firmar um documento em que se estabelecia que o governo respeitaria o direito constitucional do protesto pacífico pelas entidades sociais e que o uso da violência seria rechaçado como instrumento de protesto. No contexto das inúmeras convulsões sociais em curso na América do Sul, o senador Álvaro Uribe, presidente do partido da situação, Centro Democrático, afirmou que as manifestações faziam parte de uma estratégia internacional de grupos opositores apoiadores do Foro de São Paulo como forma de desestabilizar o país e que os protestos seriam violentos. Com este temor, o governo mobilizou a Polícia Nacional para intervir nas ruas. Apesar da manifestação ter iniciado em clima de paz, a imprensa relatou vários enfrentamentos entre a polícia e distintos grupos de manifestantes, além de excessos no uso da força e da tentativa do governo de boicotar e intimidar algumas organizações. Os protestos tiveram como alvos principais um amplo leque de questões, tais como: críticas ao corte de investimentos na educação pública, demanda pela manutenção do salário mínimo para os jovens, desacordo com a proposta de reforma previdenciária e tributária, reclamações sobre o aumento no número de assassinatos de líderes sociais no país e demandas em prol do cumprimento dos acordos de paz. Após os protestos, o presidente se dirigiu aos colombianos em rede de televisão, criticando os atos violentos e convocando distintos setores nacionais para um diálogo (conversación nacional). Apesar de uma primeira reunião ter acontecido, no dia 25 de novembro, com os integrantes do Comitê Nacional da Greve, que entregaram ao presidente um documento com suas demandas, organizadas em torno de 13 pontos, as manifestações continuaram no país. No dia 29 de novembro, o governo aceitou estabelecer uma mesa de diálogo exclusiva com o Comitê, em paralelo ao diálogo que vem buscando estabelecer com outros setores convocados para a conversación nacional.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 21/11/2019; [El Tiempo](#), 22/11/2019; [El Tiempo](#), 27/11/2019; [El Tiempo](#), 30/11/2019; [El Espectador](#).

Colômbia fecha fronteiras para garantir “segurança” em protestos

O governo da Colômbia fechou suas fronteiras terrestres e fluviais com o Brasil, Equador, Peru e Venezuela, do dia 20 ao dia 22 de novembro devido a um suposto plano de estrangeiros se infiltrarem nos protestos do dia 21 de novembro. O serviço de inteligência do governo do presidente Iván Duque declarou ter identificado a intenção de estrangeiros de se infiltrarem nas manifestações do dia 21 contra o pacote econômico do presidente, o que levou a decisão de fechar as fronteiras durante o período dos protestos. Segundo o diretor da Migração Colômbia, Christian Krüger, o objetivo era “garantir a tranquilidade das marchas” evitando também que “estrangeiros ingressem no território nacional com a intenção de alterar a ordem pública e a segurança”, acrescentou Krüger. Um total de 12 pontos de entrada e saída de cidadãos nacionais e estrangeiros foram fechados. A Migração Colômbia também informou a expulsão de 24 cidadãos estrangeiros, venezuelanos em sua maioria, com o argumento de possíveis sabotagens durante o protesto.

Fontes: [Terra](#), 19/11/2019; [Correio do Povo](#), 20/11/2019; [La Tercera](#), 20/11/2019

Embaixada da Venezuela em Brasília é invadida por apoiadores de Guaidó

Em 13 de novembro de 2019 a embaixada da Venezuela em Brasília foi invadida por um grupo de apoiadores do autoproclamado presidente venezuelano, Juan Guaidó. Atualmente, a embaixada venezuelana no Brasil é gerida por funcionários que reconhecem Nicolás Maduro como presidente daquele país. A ação teve início no começo da manhã e deputados brasileiros de partidos de esquerda foram até a embaixada para denunciar a invasão. A embaixadora indicada por Guaidó no Brasil, Maria Teresa Belandria, disse que funcionários da embaixada permitiram a entrada do grupo e reconheceram Guaidó como o presidente legítimo da Venezuela. Às 10 horas, o coordenador-geral de Privilégios e Imunidades do Itamaraty, Maurício Correia, foi à embaixada para mediar a situação. Foi a primeira vez, no governo de Jair Bolsonaro, que a diplomacia brasileira fez contato com a diplomacia oficial venezuelana – o governo brasileiro reconhece Guaidó como presidente legítimo. O chanceler de Maduro, Jorge Arreaza, responsabilizou o governo brasileiro pelo ocorrido e exigiu respeito à Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, que trata da responsabilidade, do Estado acreditado, pela segurança de pessoal e instalações diplomáticas.

Em nota, o Gabinete de Segurança Institucional afirmou que o presidente Bolsonaro não tinha conhecimento e nem incentivou a invasão. Na primeira versão da nota, a invasão foi atribuída a partidários de Guaidó, trecho que foi suprimido em uma segunda versão. Por sua vez, Eduardo Bolsonaro, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, compartilhou o vídeo que o líder da invasão, Tomás Silva, postou no Facebook de dentro da embaixada venezuelana. Os invasores deixaram a embaixada por volta das 18 horas. O incidente ocorreu no primeiro dia da cúpula dos BRICS, que ocorreu em Brasília e que terminou sem mencionar a situação da Venezuela em sua declaração final.

Fontes: [G1](#), 13/11/2019; [O Globo](#), 13/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 13/11/2019; [UOL](#), 13/11/2019; [El País](#), 14/11/2019; [O Globo](#), 14/11/2019; [ISTOÉ](#), 14/11/2019.

Congresso do Chile aprova a realização de reforma constitucional após manifestações populares

No mês de novembro, os movimentos sociais seguiram fortes nas ruas chilenas. No entanto, a principal pauta das manifestações centrou-se na urgência de se realizar uma reforma constitucional, que finalmente modifique a constituição atual, que é herdeira da constituição de 1980, aprovada ainda no regime ditatorial de Pinochet (1973-1990). Em resposta às mobilizações, o atual presidente do Chile, Sebastián Piñera propôs, no dia 13/11/2019, três acordos nacionais. O primeiro sendo um acordo pela paz, que permita cessar a onda de violência que vem ocorrendo há pelo menos um mês no país. Um outro acordo por justiça social, que propiciaria uma agenda social com vistas ao desenvolvimento mais justo para o Chile, com maior igualdade de oportunidades e menos privilégios. E, por fim, um acordo por uma nova Constituição, a qual, afirmou, se daria dentro do marco da institucionalidade democrática, com uma clara e efetiva participação cidadã. Após o anúncio presidencial e, completado um mês de manifestações, no dia 18/11/2019, os congressistas chilenos concluíram um acordo visando dar início ao processo de elaboração de uma nova Constituição. O principal ponto do acordo é a realização de um plebiscito, em abril de 2020, e que deverá ter algumas opções, começando pela pergunta principal: se a população quer ou não mudar a Carta Magna, redigida em 1980? Ainda, caso o eleitor vote pela mudança, terá que decidir quem formará a Constituinte, se uma convenção mista, com 50% dos atuais congressistas e 50% de novos integrantes, ou se por meio de uma Assembleia Constituinte exclusiva a ser eleita posteriormente?

Fontes: [G1](#), 13/11/2019; [El País](#), 15/11/2019; [O Globo](#), 15/11/2019; [El País](#), 18/11/2019.

Em meio à crise política e social, chanceler chileno tenta reverter imagem negativa do país no exterior

Em um contexto de crise política e social, durante a primeira semana de novembro, o chanceler chileno, Teodoro Ribera, se reuniu com membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados para analisar os impactos negativos sobre a imagem do país no exterior. A recepção internacional das notícias sobre o cancelamento das conferências COP25 e APEC e, sobretudo, sobre as massivas violações de direitos humanos, foi motivo de preocupação dos deputados. Diante desse cenário, ao longo do mês de novembro, Teodoro Ribera participou de diversas iniciativas a fim de resgatar a credibilidade internacional do Chile. No dia 8 de novembro, o ministro se encontrou com seus homólogos de alguns países da América Latina, além do Canadá para explicar como o governo chileno está lidando com a crise. No dia 21 desse mesmo mês, ao chegar a Tóquio para a conferência de ministros do G20, o chanceler fez questão de se reunir com CEOs de empresas que investem no Chile com o propósito de passar tranquilidade e assegurar a permanência dos investimentos. Além disso, se juntou a representantes diplomáticos de outros dez países com objetivos semelhantes. E finalmente, no dia 26 de novembro, Ribera participou da sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA, novamente com a finalidade de apresentar os problemas e medidas aplicadas pelo governo de Sebastián Piñera para solucioná-los.

Fontes: [La Nación](#), 04/11/2019; [Site da Câmara dos Deputados](#), 07/11/2019; [Ministérios das Relações Exteriores](#), 08/11/2019; [La Tercera](#), 23/11/2019; [Ministério das Relações Exteriores](#), 26/11/2019.

Presidente do Suriname é condenado a prisão durante visita oficial à China

No dia 29 de novembro, o atual presidente do Suriname, Dési Bouterse, foi condenado por um tribunal militar a 20 anos de prisão pelo assassinato de quinze adversários políticos nos anos 1980, enquanto comandava uma ditadura militar no país. Naquela época, Bouterse, liderou o país como chefe das forças armadas, após a independência dos Países Baixos, derrubando um primeiro ministro e dois presidentes, exercendo o poder de fato como ditador através do Conselho Militar Nacional por oito anos, entre 1980 e 1987. Em 2010, porém, foi eleito democraticamente e, posteriormente, reeleito em 2015. Processos para investigar e responsabilizar o político sofreram obstrução de seu partido em mais de uma ocasião, inclusive com a aprovação de uma lei de anistia derrubada pelo poder judiciário. Bouterse já havia sido conde-

nado por um tribunal holandês por tráfico de drogas, mas por inexistir tratado de extradição entre os dois países, permaneceu em liberdade. Seu filho, Dino Bouterse, cumpre pena, nos EUA, por crimes ligados ao tráfico de drogas e de armas. Em Paramaribo, um advogado de defesa declarou à rádio SRS que duas alternativas são consideradas: resistir a condenação ou apelar contra a sentença, o que adiaria sua prisão por alguns anos. Desde o dia 27 de novembro, o presidente encontrava-se em visita oficial à China, com o objetivo de firmar acordos de cooperação econômica e incluir o país na iniciativa chinesa de infraestrutura compartilhada para rotas de comércio global, “One Belt, One Road”. Devido a condenação, Bouterse cancelou a viagem planejada para Cuba. A oposição pede a renúncia do presidente, enquanto o mesmo declara estar sendo vítima de um julgamento político. Ao chegar no país no dia 1º de dezembro, foi recebido por apoiadores que o saudaram vestidos com as cores de seu partido.

Fontes: [G1](#), 29/11/2019; [Estado de São Paulo](#), 29/11/2019; [The New York Times](#), 29/11/2019; [Deutsche Welle](#), 30/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 30/11/2019; [BBC](#), 30/11/2019; [FranceInfo](#), 02/12/2019

Protestos no Haiti são invisibilizados, mas completam dois meses consecutivos

A atual crise no Haiti, país que é exemplo das extremas consequências provocadas pelas políticas neoliberais na América Latina, teve seu início em 2018 em razão das denúncias de corrupção da PetroCaribe, e devido à escassez de combustível — e o consequente aumento de seu preço. Ainda, alegações de corrupção no governo de Jovenel Moïse, inflação alta, desemprego, aumento do preço dos alimentos, desvalorização da moeda haitiana em relação ao dólar, alto índice de desemprego, e crimes desenfreados que assolaram o país, incentivaram as manifestações. Apesar da invisibilidade de cobertura nas mídias tradicionais, as manifestações aumentaram em setembro de 2019 e permanecem. Diversos movimentos sociais, grupos religiosos, educadores, empresários, classe trabalhadora e policiais se uniram aos ativistas da oposição e anticorrupção, e fomentaram os protestos com uso de barricadas de pneus, bloqueio de estradas, e reivindicam a renúncia do presidente. A Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou, em 1º de novembro, que desde então, pelo menos 42 pessoas morreram e 86 ficaram feridas, sendo que os números são ainda maiores de acordo com as organizações de direitos humanos do país, que reportam mais de 77 mortes ao longo

do ano, com 51 só no período entre setembro e outubro. Em novembro, os protestos completaram dois meses ininterruptos. Como consequência, houve a redução dos serviços básicos de saúde, do transporte, dos serviços de instituições públicas e privadas, e escolas e universidades fecharam. No dia 27, completaram 50 dias que as crianças permaneciam sem aula, afetando ao menos o ano letivo de três milhões de estudantes. No dia 10, a oposição, organizações sociais e partidos políticos que caracterizam o atual governo como “neoliberal, antipopular, ilegítimo e antidemocrático” acordaram as bases programáticas para um futuro governo provisório, no caso de renúncia de Jovenel Moïse.

Fontes: [O Globo](#), 01/11/2019; [Brasil De Fato](#), 05/11/2019 e 11/11/2019; [R7](#), 05/11/2019; [A Nova Democracia](#), 05/11/2019; [IHU](#), 06/11/2019; [Reliefweb](#), 15/11/2019; [Prensalatina](#), 20/11/2019; [CNW](#), 27/11/2019.

Cúpula dos BRICS acontece em Brasília em meio a instabilidades sul-americanas e crises do governo brasileiro na agenda de meio ambiente

No dia 13 de novembro, a Cúpula dos BRICS teve início em Brasília, em encontro restrito aos cinco países integrantes do bloco. O governo de Jair Bolsonaro decidiu por não incluir representantes de outros países, diferente de edições anteriores. Os líderes reuniram-se em meio a uma forte onda de protestos e instabilidade política no continente sul-americano, além de crises no governo Bolsonaro, aprofundadas devido às reiteradas críticas à política ambiental brasileira pela demora em responder aos vazamentos de óleo no Nordeste e pela intensificação das queimadas na Amazônia e no Pantanal. No dia 18 de novembro, o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) informou que, nos últimos 12 meses, houve destruição de 9.762 quilômetros quadrados de floresta, uma alta de 29,5% em relação aos 12 meses anteriores. É o recorde de desmate na Amazônia nesta década. As divergências sobre meio ambiente e mudanças climáticas não deixaram de surgir durante a realização da Cúpula. O presidente chinês, Xi Jinping, defendeu instituições multilaterais como a ONU e o Acordo de Paris para minimizar efeitos negativos de mudanças climáticas, solicitando apoio dos BRICS à agenda de desenvolvimento sustentável, com metas até 2030. No documento final da Cúpula — a Declaração de Brasília, divulgada no dia 14 —, os cinco países reiteraram o compromisso com o Acordo de Paris, porém, no geral, os temas de meio ambiente e clima aparecem apenas relacionados ao fortalecimento da cooperação em desenvolvimento sustentável e em medidas focadas em cidades. No dia 26 de novem-

bro, a ONU lançou um relatório sobre mudanças climáticas com recomendações diretas ao Brasil e críticas à política ambiental de Jair Bolsonaro, afirmando que o país precisa urgentemente implementar medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro declarou, no dia 20 de novembro, após divulgação dos dados do INPE, que os desmatamentos no Brasil não vão acabar, pois fazem parte de um fenômeno “cultural” no país. O governo informou, no dia 23, que está estudando liberar exportação ‘in natura’ de madeira nativa da Amazônia.

Fontes: [BBC](#), 12/11/2019; [G1](#), 14/11/2019; [UOL](#), 14/11/2019; [Nexo](#), 19/11/2019; [Folha de São Paulo](#), 20/11/2019; [Estado de São Paulo](#), 23/11/2019; [O Globo](#), 26/11/2019.

Sem grandes avanços, Declaração de Brasília reitera cooperação entre os BRICS

Nos dias 13 e 14 de novembro, os cinco membros do BRICS se reuniram em Brasília para a 11ª Cúpula dos BRICS. O discurso de Xi Jinping, líder chinês, intitulado como “Juntos para um Novo Capítulo na Cooperação do BRICS”, enfatizou os diversos temas, como o fortalecimento do crescimento econômico; a oposição a atitudes hegemônicas e à política poder; a revolução tecnológica e transformação industrial; a defesa do multilateralismo; bem como a promoção de uma ordem internacional mais justa e equitativa. De modo geral, os líderes dos outros quatro países do BRICS concordaram que a ascensão do protecionismo e do unilateralismo constitui uma ameaça para a soberania e a segurança de todos. Durante o encerramento da 11ª Cúpula dos BRICS, os cinco países membros do grupo assinaram a Declaração de Brasília, documento que apresenta 73 tópicos sobre o futuro do grupo econômico e da política internacional. O documento ainda cita medidas de combate a corrupção e a defesa de “mercados abertos” e de um “comércio justo”. A fim de manter as parcerias já existentes no campo da cooperação internacional, os países assinaram 30 acordos em diversas áreas, que incluem tecnologia, inovação, comunicação e informação, saúde, combate ao terrorismo, indústria, comércio e energia. Entretanto, a mesma indicou a falta de consenso político, entre os países membros do bloco, sobre a instabilidade gerada pelas crises sociais no continente latino-americano, ocorridas na Venezuela, Bolívia e Chile, ao ausentarem, do documento final, qualquer menção às agitações políticas e sociais do continente latino-americano. Ao passo que, enfatizaram problemas humanitários internacionais em oito países diferentes, como no Iêmen, Coreia do Norte e Sudão. Ao ser questionado pela falta de assuntos sobre a América Latina, um dos diplomatas envolvido nas negociações dos BRICS, afirmou que a declaração costuma tratar apenas de temas de “envergadura internacional”. A declaração do representante oficial chinês, Wang Xiaolong,

destacou que “a Venezuela não está na agenda, logo não seria um assunto para esta cúpula”. Sendo assim, apesar do entendimento em questões econômicas e de cooperação, as divergências foram reveladas entre os parceiros do bloco, uma vez que a política externa brasileira contraria a direção da política externa dos demais integrantes do bloco como, por exemplo, no caso da Venezuela. Já em relação à Bolívia, Rússia e China inclinam-se para caminhos diferentes em relação aos demais membros do BRICS.

Fontes: [Itamaraty](#), 14/11/2019; [Agência Brasil](#), 11/11/2019; [G1](#), 14/11/2019; [China.org](#), 13/11/2019; [Diário do Povo](#), 13/11/2019; [CRI](#), 15/11/2019; [Al-jazeera](#), 14/11/2019; [BBC](#), 14/11/2019; [Exame](#), 14/11/2019; [Reuters](#), 14/11/2019; [Xinhua](#), 15/11/2019.

Jornalista crítico ao governo de Narendra Modi tem sua cidadania indiana revogada

Desde a publicação de artigo na revista Time em maio deste ano, onde acusou o primeiro ministro Narendra Modi de dividir a Índia e questionou a capacidade do país sobreviver a mais cinco anos sob seu comando, o jornalista Aatish Taseer vem sofrendo constantes ataques de apoiadores do primeiro-ministro Narendra Modi. Membros do Partido Indiano do povo (BJP), usaram as redes sociais para disseminar a informação de que o jornalista seria paquistanês e por isso não deveria retornar ao país, algo rebatido por sua mãe, a escritora e jornalista indiana Tavleen Singh, que também é apoiadora de Narendra Modi. O pai de Aatish, Salmer Taseer, liderança política progressista no Paquistão e ex-governador de Punjab, assassinado em 2011 por oposição a leis ‘anti-blasfêmia’. Posteriormente uma reportagem no Times of India o acusou de ser o ‘filho maligno da esquerda’. Em novembro deste ano o jornalista teve sua cidadania indiana retirada pelo Ministério de Assuntos Domésticos, não podendo mais retornar ao país, com a justificativa de que seu pai biológico era paquistanês, seu nascimento no Reino Unido e o casamento com o estadunidense Ryan Davis, que lhe garantiu o Green Card. A Associação para a Proteção de Jornalista e membros da oposição ao governo apontam que o primeiro-ministro vem reforçando seu cerco contra a liberdade de imprensa e que a atual gestão adota postura persecutória contra críticos, como as regras restritivas de acesso a regiões como Caxemira e Assam, e acusam a erosão das liberdades individuais no país. O jornalista, que viveu na Índia desde os dois anos de idade e com família materna no país, se declara como exilado e vítima de vingança de perseguição política.

Fontes: [Time](#), 09/05/2019; [The Telegraph](#), 19/05/2019; [The Washington Post](#), 08/11/2019; [Time](#), 08/11/2019; [BBC](#), 08/11/2019; [The Guardian](#), 08/11/2019; [Asia Times](#), 14/11/2019; [The Times of India](#), 16/11/2019; [The Diplomat](#), 25/11/2019.

Medidas do governo turco causam desconforto nas relações com a UE

O presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, declarou que mais de 1200 membros do Estado Islâmico estão presos em penitenciárias turcas. Este mês, Erdoğan optou por dar início ao processo de deportação de alguns desses prisioneiros, a começar por estadunidense e europeus. Porém, alguns Estados têm revogado suas cidadanias dessas pessoas, para evitar a repatriação. É o caso do Reino Unido, que já revogou a cidadania de mais de 100 pessoas denunciadas por terem ligação com grupos jihadistas. Em contrapartida, o ministro do Interior turco, Süleyman Soyulu, afirmou que essas medidas não seriam capazes de impedir que esses presos fossem repatriados. Outra medida de Ancara, que tencionou a relação com a União Europeia, foi a prisão injustificada do advogado turco que havia sido contratado pela embaixada alemã para atuar no repasse de documentos referentes à solicitação de asilo de cidadãos turcos na Alemanha. O número de solicitantes teve um aumento significativo depois da tentativa de golpe em 2016 e, hoje, os turcos representam o terceiro maior grupo de requerentes de asilo no país germânico, com cerca de 10 mil solicitações apenas este ano. Algumas das medidas tomada por Erdoğan após o evento em 2016, podem ser apontadas como impulsionadoras dessas solicitações, dentre as quais, podemos citar a demissão de mais de 140 mil trabalhadores estatais e a investigação de aproximadamente 600 mil pessoas sob a alegação de terrorismo, uma vez que teriam vínculos com Fethullah Gülen, acusado de orquestrar a tentativa de golpe.

Fontes: [BBC](#), 11/11/2019; [Deutsche Welle](#), 11/11/2019; [Reuters](#), 11/11/2019; [Turkish Minute](#), 12/11/2019; [Reuters](#), 20/11/2019.

VIII Conferência Regional ILGALAC foi organizada na Colômbia

Aconteceu na Colômbia, entre os dias 20 e 24 de novembro, a VIII Conferência Regional da ILGALAC para o combate à homofobia e transfobia na América Latina. O evento contou com a participação de Victor Madrigal-Borloz, especialista independente da ONU para assuntos de orientação sexual e identidade de gênero. No evento, ativistas LGBTI latino-americanos falaram da resistência e da difícil realidade de ser LGBT na região. No final da Conferência, houve uma premiação para as vítimas e sobreviventes de discriminação e Madrigal-Borloz fez um discurso. Porém, muitos ativistas dos países do Caribe reclamaram sobre os obstáculos em adquirir o visto colombiano. Alguns, inclusive, não conseguiram atender ao evento. Um deles, Charlot Jeudy, importante ativista LGBT do Haiti, não conseguiu o visto e não pode atender ao evento. Jeudy, também, no final do mês, foi encontra-

do sem vida em seu apartamento. Segundo os dados que Jeudy veio coletando e levaria para a Conferência, o Haiti havia registrado 21 casos de homofobia nos últimos três anos. O ILGALAC soltou uma nota pedindo para que as autoridades haitianas investiguem o caso e mostrem-se contrárias a crimes de ódio movidos por homofobia e transfobia. Vale ressaltar que segundo relatório do próprio ILGA, os países caribenhos em grande maioria tratam relações sexuais entre pessoas de mesmo gênero como crime, podendo levar de 10 a 15 anos de cárcere.

Fonte: [ILAG](#), sem data; [El País](#), 29/10/2019; [Haitian Times](#), 26/11/2019

Onda de Xenofobia na África do Sul gera protestos de Migrantes Forçados em frente ao ACNUR

No dia 14 de novembro, na cidade de Pretória, localizada na África do Sul, refugiados e solicitantes de refúgio acamparam por três semanas em frente ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o intuito de dar visibilidade à situação de vulnerabilidade e insegurança na qual se encontram no país de acolhida. Dizem que a xenofobia vem aumentando ano após ano, e que gostariam de serem tratados como seres humanos e não como “baratas”. Os migrantes forçados, através de uma manifestação pacífica, clamavam por proteção ou para ser realocados em um outro país, contudo o Supremo Tribunal de Pretória decidiu que deveriam se retirar do local. Contextualizando os fatos, vale frisar que esses ataques não são uma novidade na região, já que em setembro de 2018 pessoas originárias de demais partes da África presenciaram uma crescente onda de violência em sua direção. Em seguida, em setembro de 2019 teve início mais uma onda de xenofobia contra não nacionais, que resultou em feridos, mortos e propriedades atacadas, resultando nos atuais protestos. Em outubro, na Cidade do Cabo em frente ao prédio do ACNUR, manifestantes recusavam-se a saírem dos acampamentos enquanto não fossem ouvidos, justamente por temerem por suas vidas, além de estarem desempregados, com seus filhos fora da escola e por sofrerem entraves burocráticos com relação à documentação. A polícia sul-africana utilizou de força excessiva para remover as pessoas do local, inclusive crianças, protagonizando cenas de brutalidade. O que se repetiu na manifestação de novembro ao impor a ordem judicial com violência, resultando em 100 pessoas detidas. Mongo Nkoy, representante dos manifestantes, ressalta que o mandato do ACNUR é proteger os refugiados, porém, sabe que a decisão judicial foi motivada pelo Alto Comissariado. O órgão diz que está buscando soluções pacíficas junto ao governo, mas que deseja a cooperação dos migrantes forçados.

Fontes: [Alternative Africa](#), 07/09/2018; [Alternative Africa](#), 30/10/2019; [All Africa](#), 15/11/2019; [Daily Maverick](#), 15/11/2019; [Deutsche Welle](#), 19/11/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

